

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Assuntos  
Europeus

Deputada Regina Bastos

S. Bento, 17 de janeiro de 2018

**Assunto:** Audição, com carácter de urgência, do Ministro dos Negócios Estrangeiro no seguimento da declaração de apoio do Primeiro-Ministro a uma possível reforma da lei eleitoral ao Parlamento Europeu

Na passada quarta-feira, no âmbito da Cimeira dos Países do Sul da União Europeia, António Costa, primeiro-ministro do governo português, assinou uma declaração conjunta onde se afirmava que a criação de *“listas transnacionais dos membros do Parlamento Europeu, como forma de eleição a nível europeu, pode fortalecer a dimensão democrática da União”*.

Esta proposta surgiu pela mão do Presidente francês, Emmanuel Macron, denotando uma continuidade de propostas que vêm sendo debatidas desde 2014/15 no Conselho, na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu sobre uma revisão da lei eleitoral para o Parlamento Europeu.

Ora, considerando esse mesmo debate, não se compreende esta tomada de posição por parte do governo português, que é contrária a tudo o que veio a ser decidido ou debatido. Recorde-se que, em janeiro de 2017, foi votado um parecer na Comissão de Assuntos Europeus relativo à primeira proposta do Conselho de alteração à lei eleitoral para o Parlamento Europeu, que indicava que muitas das propostas ali feitas eram contrárias à

Constituição da República Portuguesa, e desvirtuavam a representatividade de várias forças políticas, tanto a nível nacional como a nível europeu.

Considerando as tomadas de posição da Assembleia da República, através das suas comissões, não se percebe que o primeiro-ministro tenha sequer colocado a hipótese de apoiar a criação de listas transnacionais como sendo parte do fortalecimento da dimensão democrática da União Europeia.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros por forma a obter os esclarecimentos necessários à clarificação da posição do governo português.*

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires